

Saviani, Dermeval

Interlocuções pedagógicas : conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação / Dermeval Saviani. – Campinas, SP : Autores Associados, 2010. – (Coleção memória da educação)

ISBN 978-85-7496-260-3

1. Educação – Brasil. 2. Educação – Finalidades e objetivos. 3. Freire, Paulo, 1921-1997. 4. Freire, Paulo, 1921-1997 – Entrevistas. 5. Nogueira, Adriano S. I. Título. II. Série.

10-09876

CDD-370.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Educadores brasileiros : Entrevistas 370.981

Impresso no Brasil – outubro de 2010

Copyright © 2010 by Editora Autores Associados LTDA.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que revogou o Decreto-lei n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Nenhuma parte da publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, de fotocópia, de gravação, ou outros, sem prévia autorização por escrito da Editora. O Código Penal brasileiro determina, no artigo 184:

“Dos crimes contra a propriedade intelectual
Violação de direito autoral

Art. 184. Violar direito autoral

Pena – detenção de três meses a um ano, ou multa.

1ª Se a violação consistir na reprodução, por qualquer meio, de obra intelectual, no todo ou em parte, para fins de comércio, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, ou consistir na reprodução de fonograma e videograma, sem autorização do produtor ou de quem o represente:

Pena – reclusão de um a quatro anos e multa”.

PREFÁCIO.....	VII
I. EDUCAÇÃO: PREPARAÇÃO PARA O SÉCULO XXI (DIÁLOGO COM PAULO FREIRE E ADRIANO NOGUEIRA).....	1
II. A BUSCA DE UM PENSAMENTO PEDAGÓGICO CRÍTICO.....	35
III. O NÓ DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU.....	41
IV. COM MARX PARA DOMINAR A CIÊNCIA.....	49
V. O EDUCADOR E A ESPERANÇA CRÍTICA.....	57
VI. BRASIL: AVANÇOS E RECUSOS PEDAGÓGICOS.....	65
VII. PRESERVAR A EDUCAÇÃO DO JOGO POLÍTICO.....	73
VIII. EDUCAÇÃO NÃO É FILANTROPIA.....	79
IX. EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA.....	97
X. REPETÊNCIA <i>VERSUS</i> PROMOÇÃO AUTOMÁTICA.....	101
XI. PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E FILOSOFIA DA PRÁXIS.....	111
XII. SENTIDO DO ENSINO MÉDIO E SUA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	121
XIII. EDUCAÇÃO, MUDANÇA, CONTESTAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO.....	133
XIV. EXPANSÃO DE VAGAS E QUALIDADE DO ENSINO NA UNIVERSIDADE.....	151
XV. SOBRE O PAPEL DA ESCOLA.....	167
XVI. PALAVRA DE EDUCADOR: A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI.....	177
XVII. SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA.....	183
XVIII. POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.....	189
XIX. EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE HOJE.....	193
XX. FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	207
XXI. A POLÍTICA EDUCACIONAL DA DITADURA MILITAR.....	213
XXII. SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO.....	217

com grandes professores, evitando aquela diferenciação que ocorre atualmente e que também restringe o acesso ao ensino superior.

Eu imagino que as universidades públicas deveriam construir um ambiente de intenso e exigente estímulo intelectual. Acolher a maioria possível de jovens e colocá-los em aulas-conferência, em seminários de aprofundamento, em grupos de pesquisa, em laboratórios, de modo que eles vivessem, diurnamente, um clima de intenso e exigente estímulo intelectual, em contato com as grandes obras, com os grandes autores, com grandes professores. Teriam, assim, uma formação que os configuraria como intelectuais no sentido próprio, porque teriam acesso à cultura superior, a chamada alta cultura. E isso não deve ser um privilégio de poucos, mas deve ser aberto para a população de modo geral.

É nesse sentido que eu vejo a possibilidade de você construir universidades públicas que mantenham um alto padrão de qualidade e se expandam o máximo possível. É óbvio que isso está ligado a mudanças no âmbito da própria sociedade e à universalização do ensino fundamental. E a uma ampla generalização do ensino médio. Os países em que a universidade pôde abrir-se para todos os jovens certamente são os países que universalizaram a educação elementar e, praticamente, universalizaram, também, o ensino médio. É claro que se todos têm a chance de concluir o ensino médio, todos também têm a chance de ingressar no nível superior. Então você tem um sistema amplo, que permite o acesso à cultura superior e, desse modo, a universidade pode diversificar os tipos de formação segundo as necessidades profissionais, porque os alunos vivem o mesmo ambiente de uma cultura superior sólida, a partir do qual se podem organizar as diferentes especializações.

XV. Sobre o papel da escola*

Jornal da Unicamp – Qual é, afinal, o papel da escola hoje?

Derneval Saviani – O que eu tenho constatado e também tem sido um dos vetores das lutas que travamos desde a segunda metade da década de 1970 é uma certa tendência a deslocar aquilo que me parece ser o papel principal da escola. Entendo que ela tem a ver com o saber sistematizado, com a cultura letrada, com o saber científico. Não com o senso comum, o saber espontâneo, o saber da experiência, ou aquilo que é chamado de cultura popular. Por quê? Porque o que se pode constatar é que, para desenvolver a cultura popular, não se precisa da escola. Agora, na medida em que se desenvolveu uma tendência que desvalorizava ou secundarizava a cultura erudita e valorizava a cultura popular e, por conta disso, passou-se a taxar a escola como alienante, como instrumento de dominação por estar ligada à norma culta, comecei a me perguntar: em que grau isso é realmente transformador? Em que grau isso não vai fazer o jogo da dominação existente? Cheguei inclusive a fazer frases provocativas como “sem dominar aquilo que os dominantes dominam, os dominados não chegam a se libertar da dominação”. A escola seria uma forma de o homem do povo ter acesso ao saber elaborado, sem o que esse tipo de saber fica privilégio das elites.

* Entrevista concedida ao *Jornal da Unicamp*, em outubro de 2002.

J UNICAMP – Houve reação a essa posição?

Saviani – Passei a bater-me contra a tendência a diferenciar as escolas: a das massas e das elites, qualitativamente mais desenvolvida. Isso me colocou num certo momento em um embate com os seguidores do Paulo Freire, que viam nas minhas formulações uma contraposição a esse educador, embora minha crítica não se dirigisse propriamente a Paulo Freire, mas a essa visão de escola que secundarizava a importância do saber elaborado.

J UNICAMP – Como o senhor reagiu?

Saviani – Essa visão de escola sempre me intrigou, porque era como se você nas escolas devesse fazer discurso político. Como esse discurso vai sustentar-se se não existe conteúdo das várias áreas que os alunos viriam a dominar? Então esse discurso acaba deixando os trabalhadores sempre na dependência dos intelectuais. Isso me chocava. Os defensores da escola centrada no saber elaborado eram acusados de ter uma visão vanguardista. A crítica era na seguinte direção: o povo é que deve estar na direção do movimento e os intelectuais têm de se deixar dirigir pelas próprias massas. É aí que reside o problema: como as massas podem exercer a função de dirigentes se elas não estão instrumentalizadas, se não dominam os meios a partir dos quais se pode interpretar a realidade, tomar posições e imprimir direções? A democracia deve ser buscada, mas ela não está no ponto de partida e sim no ponto de chegada.

J UNICAMP – Qual seria?

Saviani – Quando vou, por exemplo, relacionar-me com os analfabetos, é uma falácia acreditar que posso ter uma relação democrática com a criança ou o aluno. Não há democracia aí porque ele está em uma posição em que depende do meu auxílio para adquirir determinados instrumentos. O processo pedagógico é que deve elevá-lo. No ponto de chegada, sim. Uma vez alfabetizado, ele torna-se capaz não apenas de se expressar oralmente, como também por escrito. Como analfabeto era capaz de se expressar oralmente, mas não por escrito. O professor era capaz de expressar-se oralmente, como o aluno, além de se expressar

por escrito também. Havia uma diferença. E o que funda a relação pedagógica é exatamente essa diferença. O que me coloca em uma relação educativa com esse aluno analfabeto, eu sendo alfabetizado e com objetivo de alfabetizá-lo, é o objetivo de eliminar essa diferença, para que ao término do processo ele chegue a um nível em que já me encontrava no ponto de partida e ele, não. Aí sim a diferença é removida e a igualdade se estabelece. Aí pode ser travada uma relação democrática. É claro que essas coisas têm níveis diferentes de análises. Foi essa discussão que se travou nas décadas de 1970 e 1980.

J UNICAMP – E na década de 1990?

Saviani – Ao longo da década de 1990, esses problemas tenderam a deslocar-se para um plano secundário, ou até mesmo foram superados. Aí surgiu esse fenômeno que está sendo constatado agora, ou seja, os próprios agentes governamentais assumindo essa visão de que a escola deve ter mais uma função assistencial do que propriamente de formação intelectual, de preparo cultural. Isso corresponde à constatação à qual você se referiu de que a escola está perdendo seu papel, a sua função de formação para assumir outros papéis que não são específicos do ensino.

J UNICAMP – O senhor poderia exemplificar?

Saviani – A função assistencial não é específica da escola. Se você considera que é preciso políticas sociais nesse campo porque as famílias não estão mais dando conta de sobreviver, trata-se de políticas compensatórias que você pode fazer via secretarias de assistência social, de bem-estar social e todas essas estruturas que existem no plano governamental, e que não se podem confundir com a tarefa da escola.

J UNICAMP – O senhor acha que existe essa confusão hoje no Brasil?

Saviani – Não só acho que há uma confusão, como acho que as políticas educacionais governamentais no nível do MEC têm estimulado esse viés assistencialista. Acho que há aí um componente econômico-financeiro associado ao ponto de vista ideológico. Claro, do ponto de vista econômico-financeiro, como se trata de ajustar o país à hegemonia do capitalismo financeiro, que envolve fazer ajustes e garantir

o serviço da dívida, os recursos têm de ser canalizados para essas prioridades. E como é que você atende às necessidades sociais? Você apela para a comunidade, para o voluntariado... Há um componente ideológico também no seguinte sentido: entende-se que a integração da população se daria por esses mecanismos, mais ou menos informais, porque, em uma sociedade que atingiu alto nível de desenvolvimento tecnológico, se transfere para as máquinas boa parte dos processos de trabalho, de produção, de comunicação. E o gerenciamento dessas máquinas assim como a direção do processo social dependem de um conjunto relativamente restrito de técnicos, de intelectuais... A população de um modo geral não precisa ter acesso aos conhecimentos sistemáticos e nem é conveniente que tenha porque isso é custoso e não seria necessário.

J Umicamp – Qual seria o papel a desempenhar?

Saviani – Um outro componente dessa visão ideológica é que os conhecimentos que a população precisa dominar são mais esses conhecimentos do dia a dia, aquilo que é necessário para ela se virar no contexto social, desenvolvendo sua capacidade de adaptação. O importante não é estar empregado, mas ser empregável. Ser empregável significa ter flexibilidade e capacidade de adaptação. E você adapta-se à medida que você convive, relaciona-se. Então os conhecimentos sistemáticos tendem a ser secundarizados. Este é um quadro que a gente está vivendo. A questão que se põe, que precisa ser pensada, é se isso tenderia a alterar substantivamente o caráter da escola. Se isso é um indicador de que a sociedade está mudando e com a mudança da sociedade a natureza da escola também está mudando. Essa é uma questão pertinente que cabe ser investigada, mas sob a condição de nós não entregarmos os pontos facilmente, de não entrarmos nessa onda até certo ponto atraente.

J Umicamp – O que pode ser feito?

Saviani – O que podemos fazer é resistir a essa tendência que é dominante. Mas essa resistência vinha manifestando-se a meu ver de forma passiva e individual. Então eu postulei a resistência ativa implicando duas

características: 1) que ela seja organizada e coletiva e 2) que ela seja propositiva. Porque não adianta eu resistir na base do “não concordo”. O governo baixa um decreto e eu manifesto minha discordância. Isso não se impõe. Quando muito, pelo que tenho observado, se a grita é mais ou menos geral, o governo faz recuo tático. Para dar eficácia a esse movimento de resistência, propus a estratégia que chamei de *resistência ativa*. E é um pouco nessa linha que o CONED (Congresso Nacional de Educação) se organizou para discutir o Plano Nacional de Educação, contrapondo uma proposta àquela do governo. De minha parte fiz algo parecido: formulei as linhas básicas do Plano Nacional de Educação, ao mesmo tempo em que confrontei a proposta do MEC com a posição que surgiu no CONED, com a qual a minha proposta tem várias afinidades e objetivos comuns mas tem alguns aspectos diferenciados, seja do ponto de vista das diretrizes e de algumas medidas... Do ponto do financiamento, por exemplo. O CONED divulgou a passagem para 10% do PIB investido na educação. Mas aquilo era uma referência arredondada, que ia de 6,9% até 9,1% ao longo dos dez anos. Ao divulgar 10%, já provocou reações negativas. Fiz uma proposta diferente: propus a duplicação imediata do percentual do PIB investido em educação. Se hoje é de 4%, passaria para 8%.

J Umicamp – Qual foi a reação?

Saviani – Ai peguei os dados que o próprio MEC tinha de outros países que mostravam que com isso o Brasil apenas se nivelava aos países que mais investiam em educação: casos dos EUA, Canadá, Noruega e Suécia, que investem respectivamente 7,5; 7,6; 8,7 e 8,8% do PIB em educação. Mas com uma diferença: esses países já tinham o sistema consolidado, além das diferenças de PIB *per capita*. No Brasil, nem se implantou ainda um sistema nacional de ensino. Isso significa, portanto, que o Brasil teria de fazer um esforço ainda maior investindo, por um certo período, maciçamente em educação para viabilizar a implantação do sistema para depois, com os recursos orçamentários definidos na Constituição, manter e desenvolver esse sistema. No entanto, em vez disso, o que está acontecendo no Brasil? O MEC vangloria-se de que universalizou o acesso ao ensino fundamental: 96% das crianças estão na escola...

Isso não é universalizar o ensino fundamental. Universalizar significa não apenas garantir o acesso, mas também a conclusão. Só acontece isso quando todos não só ingressaram, mas também concluíram.

Quando o MEC concluiu que o acesso tinha sido universalizado, decidiu que precisava universalizar a conclusão. Mas como fazer isso sem precisar investir muito? Aí vêm esses mecanismos todos de promoção automática, maquiagem estatística, os ciclos... A questão passa a ser segurar as crianças nas escolas para ostentar índices estatísticos que preenchem os critérios do Banco Mundial para se obterem financiamentos. E para criar uma imagem de que o Brasil universalizou o ensino.

J Umicamp – Quando isso começou?

Saviani – Isso começou com o Collor, com os CIACS, e depois teve continuidade com FHC, na gestão do Paulo Renato, quando essa política tendeu a ser incorporada ao sistema abrangendo a rede geral do ensino fundamental. Mas veja: fiz referência a essas questões por conta da minha proposta de duplicar imediatamente o percentual do PIB investido em educação. Mas ao fazer essa proposta, passei ao seu detalhamento: qual é o impacto disso? A lei que criou o FUNDEF determina que os estados e municípios constituam um fundo composto por 60% dos recursos destinados à educação, ou seja, daqueles 25%, 15% vão para o fundo para custear o ensino fundamental. Isso significa que os municípios só ficam com 10% para custear a educação infantil que a LDB diz que é prioridade municipal. E os estados só ficam com 10% para atender ao ensino médio. Então eu digo: se eu duplico, o ensino fundamental vai ter o equivalente a 30%, não 15%, portanto mais do que o total, que hoje seria de 25%. Os municípios, por sua vez, vão ter 20% e não 10% para a educação infantil. Os estados vão ter 20% e não 10% para o ensino médio. Ora, com isso você já pode começar a pensar em ter uma rede consistente de ensino fundamental, pode ter uma rede consistente de educação infantil mantida pelas prefeituras com a coordenação e o apoio técnico do estado, e já pode começar a pensar na universalização do ensino médio. Por quê? Ele é menos custoso que o ensino fundamental, globalmente. Embora cada série seja mais cara, o ensino médio tem apenas três séries; e o ensino fundamental, oito.

J Umicamp – E os professores?

Saviani – O raciocínio a ser aplicado é o mesmo. Pela lei do FUNDEF, 60% destina-se à remuneração e qualificação dos professores. Com a duplicação proposta, chega-se a 120% dos recursos atuais. Já se pode, então, pensar em instituir a jornada de tempo integral. É o grande gargalo. E o governo ainda cobra que os professores participem da gestão da escola, do projeto pedagógico, de apoio à comunidade... Mas que escolas e comunidades são essas, se os professores têm de dar aulas em três, quatro estabelecimentos? A primeira medida seria então fixar os professores nas escolas, tendo como regra a jornada de tempo integral ou pelo menos uma jornada de 30 horas ou algo equivalente.

J Umicamp – E no nível superior?

Saviani – Aí está aquele drama, porque o MEC argumenta que quase todos os recursos – 75% – são para manter as 52 universidades federais. E ele tem de manter também as escolas técnicas. Mas se você duplica os recursos, você pode manter as federais e a rede técnica e com a outra metade o que você faz? Eu propus que fosse dividida em duas partes: com 50%, na primeira parte, o MEC cumpriria o seu papel de apoio aos estados e municípios mais necessitados na forma de apoio técnico-financeiro aos sistemas municipais e estaduais, previsto em lei. E com a outra metade se constituiria um fundo a partir do qual se financiariam projetos que envolveriam fortemente as universidades federais no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. Então, o modo que penso é diferente daquele do CONED, embora o espírito seja o mesmo: uma qualidade social e não uma qualidade financeira. É isso que chamei de resistência ativa.

J Umicamp – Qual tem sido o comportamento do Estado?

Saviani – Creio que o grande problema do ensino superior hoje é a tentativa do Estado de deixar de assumi-lo como uma das prioridades do campo educacional. O próprio MEC reconhece o atraso do país, já que não chega a 12% o contingente dos jovens de 18 a 25 anos com

acesso ao ensino superior. Isso nos coloca numa das últimas posições, atrás de países da América Latina. Uma referência utilizada é a da Argentina, cujo sistema de ensino superior é três vezes maior do que o nosso. E aí o MEC propõe como meta, dentro de dez anos, chegar ao nível da Argentina. Isso significa triplicar o número de vagas, tanto públicas quanto privadas. Como conseguir isso? Não está previsto o acréscimo de nenhum recurso. Ele pretende, como primeira medida, racionalizar os recursos existentes. Segunda possibilidade: estabelecer parcerias com entidades comunitárias. Outra: instituir cursos de curta duração; instituir curso pós-médio. O gargalo está aí: a não disposição de dimensionar as necessidades que o país tem no ensino superior e verificar os recursos previstos e de que fontes poderão provir os recursos adicionais para tratar com seriedade o assunto, que é um problema de ordem pública. O Estado não está assumindo o que prega a Constituição - ensino público gratuito em todos os níveis -, mas ele desenvolve todo um conjunto de mecanismos, induzindo a ideia de que o ensino superior, por ser basicamente destinado às elites, não deveria ser custeado pelo Estado. Na década de 1960 e 1970, houve uma privatização do ensino superior, mas não havia ainda a ideologia da privatização. O governo era forte e presente em vários âmbitos, desde a educação até as empresas. Agora, na década de 1990, a privatização foi assumida como diretriz política em todas as áreas.

J Unicamp – Isso refletiu como na educação?

Saviani – Na medida em que a educação passa a ser tratada segundo os mecanismos de mercado, ela passa a ser assumida como uma mercadoria e aquele princípio de que lucro não é pecado, de que ele é a remuneração do capital, isso se aplica à educação. O governo assume essa política no Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, em que admite explicitamente que as instituições de ensino superior podem ser organizadas na forma de empresas privadas com fins lucrativos. Nesse caso, elas estarão sob jurisdição do direito comercial. Nesse sentido, pode mudar inclusive o próprio caráter dos cursos. Até meados do século XX, o ensino superior era destinado a formar profissionais para as atividades que requeriam formação científica. Agora, o critério

é apenas o da mercadoria vendável. O ensino superior já não tem mais aquela característica da formação de intelectuais de alto nível, de profissionais cujas atividades requerem uma base científica para atuar nos chamados ramos tecnológicos ou naquelas áreas de humanidades que envolvem uma alta elaboração cultural, como é o caso da língua e literatura, da filosofia e das ciências sociais. Se você analisa os catálogos de cursos que se abrem por aí, você vê uma diversidade enorme em que os critérios já passam por outros âmbitos. Não se sustenta mais o caráter teórico, científico, epistemológico e cultural. São critérios de mercado.